

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**Identificação**Área de Avaliação: **MEDICINA I**

Coordenador de Área: José Antônio Rocha Gontijo (Unicamp)

Coordenador-Adjunto de Área: Carlos Cezar Fritscher (PUC/RS)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Wolnei Caumo (UFRGS)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área 15 da CAPES (Medicina I) tem se consolidado nos últimos anos após o estabelecimento de um perfil de programas/cursos com características predominantemente multidisciplinares. Isto tem resultado em avaliações periódicas cada vez melhores, como ocorreu na Avaliação Trienal 2010 na maior parte dos Programas/Cursos avaliados (Figuras 1 e 2).

Triênio Avaliação/Notas	1	2	3	4	5	6	7	Total de Programas/Cursos Credenciados
2001 - 2003	0	0	22	16	13	7	1	59
2004 - 2006	0	0	13	21	22	8	3	67
2007 - 2009	0	0	14	32	21	6	5	80

Figura 1. Evolução das notas e do número de Programas e Cursos de Pós-Graduação credenciados nos últimos triênios de avaliação – Área de Medicina I

Fontes: Relatório de Avaliação 2007-2009; Relatório dos Seminários de Acompanhamento dos PPG (2012 e 2013).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

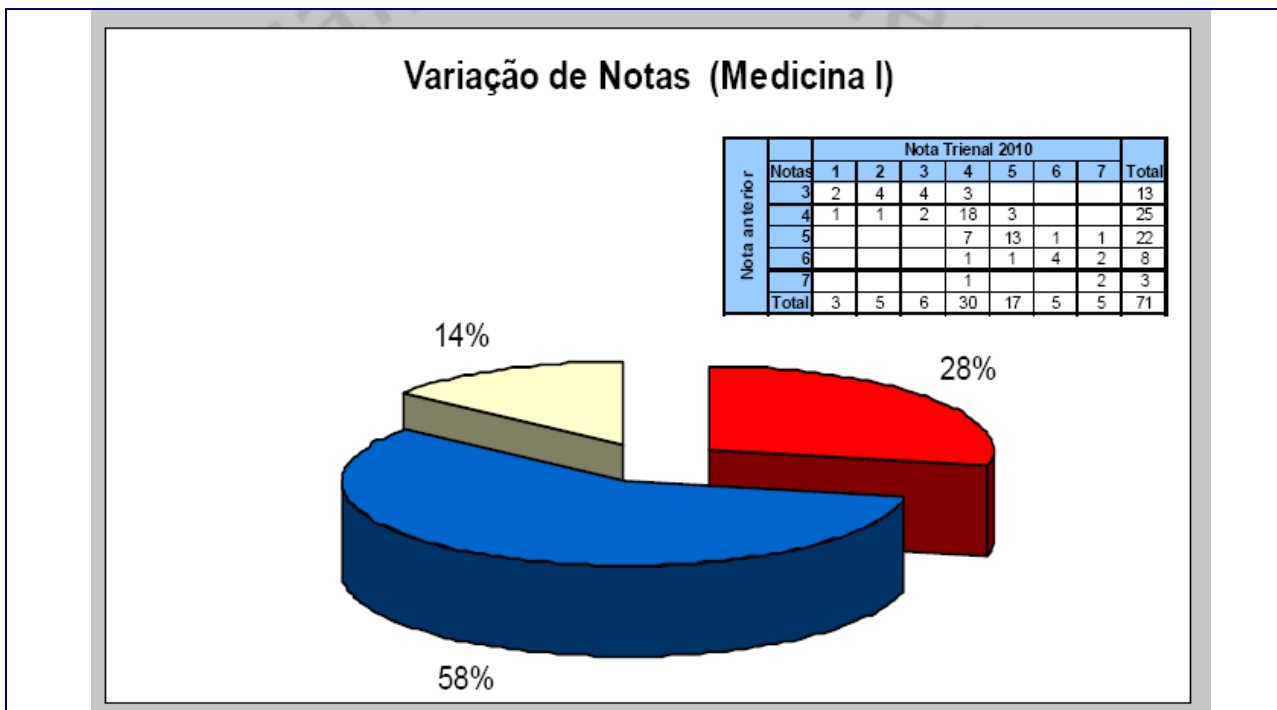


Figura 2. Distribuição percentual das Notas de Programas e Cursos na Avaliação Trienal 2010. Em azul os programas que mantiveram suas notas; em branco aqueles que elevaram suas notas e em vermelho os programas cujas notas foram reduzidas.
Fonte: Relatório de Avaliação Trienal 2010.

Neste processo de amadurecimento e qualificação é evidente a importância da mudança dos perfis dos programas e cursos para estruturas multidisciplinares e abrangentes onde a valorização e incorporação de docentes diversos e a apropriação, principalmente metodológica de outras áreas, foi um aspecto fundamental.

No entanto, como na ampla maioria das áreas de conhecimento, persiste na Medicina I uma heterogênea distribuição regional, resultado, pelo menos em parte, de diferentes densidades regionais de Instituições, Núcleos e Docentes qualificados envolvidos em pesquisa, como mostra a Figura 3.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

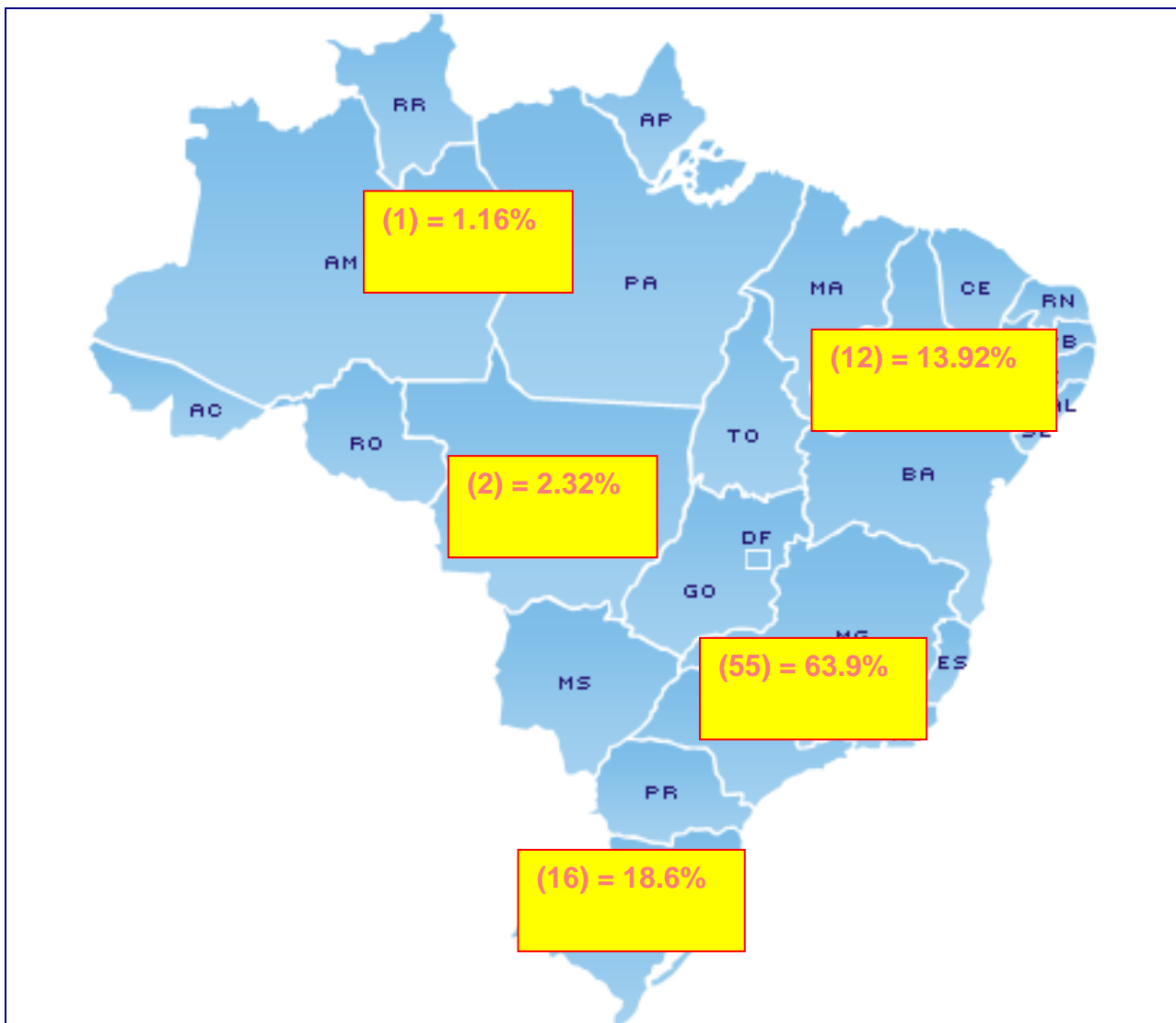


Figura 3. Distribuição Regional dos Programas de Pós-Graduação na área de Medicina I credenciados para o triênio 2010-2012. Entre parênteses o número de Programas.

Fontes: Relatório de Avaliação Trienal 2010; Relatório dos Seminários de Acompanhamento dos PPG (2012 e 2013).

Após a Avaliação Trienal 2007, emergiram 67 programas credenciados, sendo 36 destes classificados como programas interdisciplinares com denominações diversas tais como: Ciências Médicas, Ciências da Saúde, Clínica Médica, Fisiopatologia Médica ou assemelhados e, os

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

restantes, distribuídos por especialidades clínicas diversas, como Cardiologia, Endocrinologia, Nefrologia, Oncologia, Pneumologia, Gastroenterologia/Hepatologia, entre outras.

Em 2007, nenhum programa novo foi credenciado. Em 2008, dois novos programas foram credenciados, um deles resultante da fusão de três outros; assim sendo em julho de 2009 a Área contava com 66 programas em atividade. Três destes programas eram Mestrados Profissionais. Ao longo de 2009, o Comitê de Área realizou visitas a 19 programas que apresentaram dificuldades na última avaliação, resultando em intensa troca de experiências sendo que em diversas IES houve a implantação de propostas de fusão que auxiliaram os referidos programas a apresentar melhor desempenho na Avaliação Trienal 2010. Naquele triênio foram analisados 80 cursos e programas.

Entre 2011 e 2012 foram promovidas reuniões com Programas e Cursos notas 3 visando à qualificação destes programas e a expansão dos mesmos ao Doutorado. Neste período, foram credenciados 7 novos cursos ou programas (2 Mestrado/Doutorado; 5 Mestrados Profissionais), consolidando a tendência de programas com características temáticas e multidisciplinares, totalizando 86 programas até o início de 2013, como pode ser observado na Figura 4.

Triênio	ME	DO	ME/DO	MP	Total
2007-2009	9	3	62	6	80
%	11.3	3.7	77.5	7.5	100
2010-2012	8	3	64	11	86
%	9.3	3.5	75.0	12.2	100

Figura 4. Modalidade dos Programas de Pós-Graduação na Área (Medicina I) ME: Mestrado; DO: Doutorado e MP: Mestrado Profissional

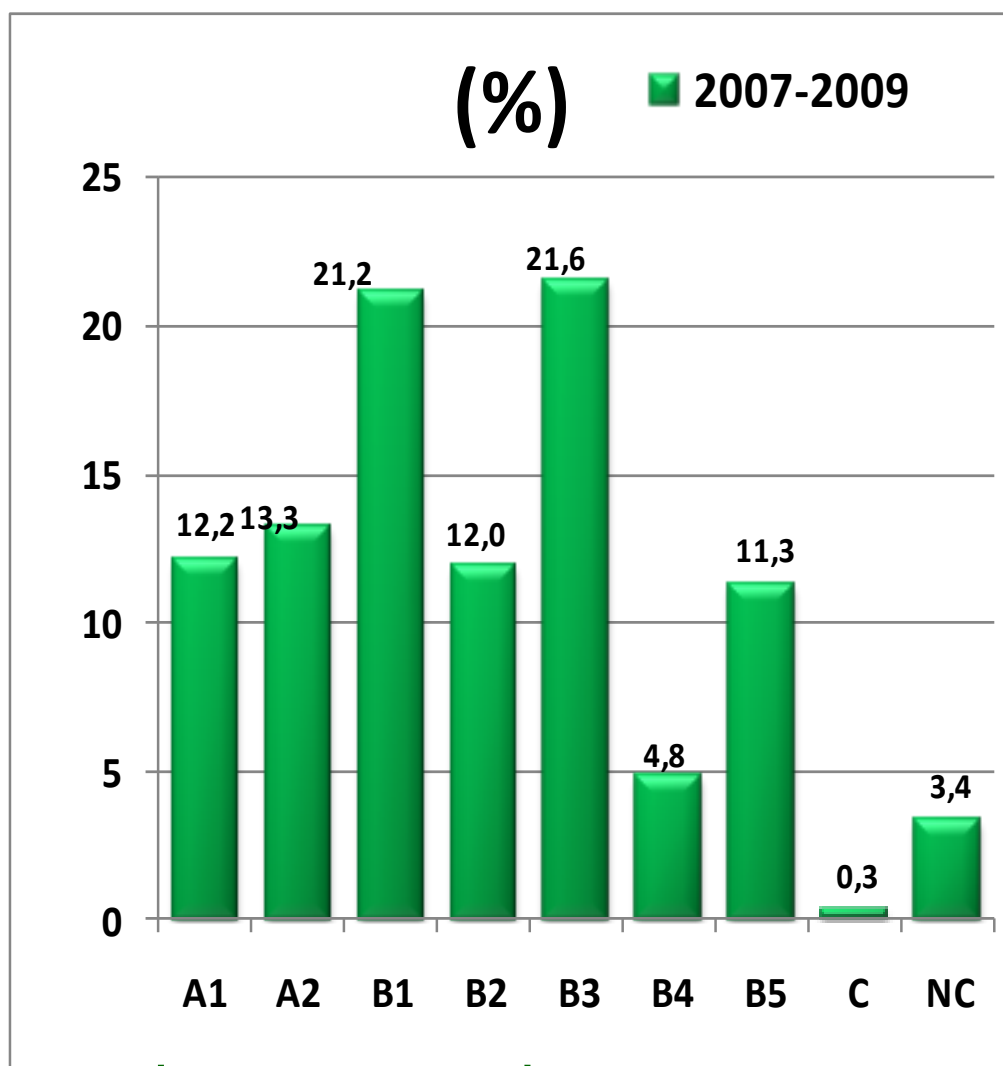
Comparativo entre os Triênios 2007-2009 e 2010-2012



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Esta evidente evolução dos Programas/Cursos pode ser aferida pelo número e perfil qualitativo das publicações da área (Figura 5) bem como pelo crescente número de dissertações e teses defendidas (Figura 6).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013



58,7%

Figura 5. Distribuição percentual da produção intelectual – sob a forma de publicações completas indexadas no ISI para o triênio 2007-2009 na Área de Medicina I

Fonte: Relatório de Avaliação Trienal 2010.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Triênios	Mestrados ME	Doutorados DO	Mestrados Profissionais (MP)	Total
98-00	960	539	0	1499
01-03	1397	833	67	2297
04-06	1893	987	32	2912
07-09	2499	1252	21	3772

Figura 6. Distribuição por triênio do número de alunos titulados (Mestrado Acadêmico, Profissional e Doutorados) na Área de Medicina I entre 1998-2009

Fontes: Relatório de Avaliação Trienal 2010; Relatório dos Seminários de Acompanhamento dos PPG (2012 e 2013).

REFLEXÕES DA ÁREA 15 (Medicina I) SOBRE O PNPG 2011-2020

São aspirações da área 15 (Medicina I) para a pós-graduação na área médica que:

1. Mudanças da realidade nacional e a difusão do conhecimento gerado nas Universidades ocorram, fundamentalmente, através da qualidade dos profissionais ali formados. Mas também esta deve ocorrer pela implantação de atividades de extensão, consultorias, contratos de pesquisas e de serviços, atividade em hospitais universitários, e outras de interesse público. A existência e o incremento desta interação Universidade-Sociedade voltada ao atendimento de demandas e à difusão do conhecimento são essenciais para o desenvolvimento da sociedade e em contrapartida da Universidade brasileira.
2. Ao enfatizar a formação pós-graduada calcada no conhecimento e em princípios, válidos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

em longo prazo pressupõem que sobre estas bases se alicerçará a geração de conhecimento novo, de inovações e, conseqüentemente, a independência tecnológica brasileira. Como tem sido propugnado, o valor de uma formação universitária não reside no aprendizado de muitos fatos, mas no treinamento cognitivo para conceber coisas novas. Portanto, deve-se buscar uma formação de docentes e pesquisadores sobre novos paradigmas, onde ao invés de sobrecarregar os estudantes com o excessivo tempo em sala de aula, como observado atualmente, incentive o trabalho pessoal, bem dirigido e valorizado, criando ambiente favorável em laboratórios e bibliotecas, e estimulando o acesso precoce à ciência por iniciativas tais como a iniciação científica.

3. A discussão sobre os atuais sistemas de ingresso nas nossas Universidades deve também pautar a formação de alunos da pós-graduação brasileira. Os processos atuais impõem uma escolha prematura e estanque de carreira, especializando-a precocemente, o que tende a frustrações ulteriores e sequer selecionam os melhores candidatos. Há espaço e boas justificativas para modalidades e iniciativas inovadoras. Por exemplo, exposição prévia ao alunado das disciplinas básicas nas diferentes áreas de ciências exatas, biológicas e humanas, predispondo à flexibilidade (bem orientada) na escolha do currículo e da profissão futura, permitindo uma opção posterior melhor informada e amadurecida. Um modelo desse tipo (que não deve ser confundido com o chamado "ciclo básico", nunca implantado efetivamente) permitiria uma seleção com base nas aptidões gerais desejáveis no ingresso. Também valorizaria a docência em disciplinas básicas, motivando os docentes a conquistar os alunos para suas áreas. Quanto mais básico o nível de um curso, mais importante é que seja ministrado pelos docentes mais experimentados, capazes de inspirar e motivar os estudantes.
4. Na área médica, é fundamental para real independência do país o estímulo e incentivo às condições que promovam a implantação de programas de formação e treinamento em Pesquisa Clínica e Medicina Translacional. Parte-se do pressuposto que, para melhorar a saúde humana, as descobertas científicas devem ser traduzidas e incorporadas à aplicação prática. Tais descobertas, tipicamente, começam "na bancada" com a pesquisa básica e então progridem para o nível clínico, ou para aplicação no "leito" do paciente. Os cientistas devem estar cientes que esta abordagem, *bench-to-bedside*, é realmente uma abordagem de duas vias: cientistas básicos alimentando clínicos com novas ferramentas para o diagnóstico e tratamento de pacientes e, pesquisadores clínicos promovendo observações sobre doenças que estimulam a investigação básica.
5. Ao estimular e incentivar as condições que promovam a implantação de programas de Pós-Graduação Interdisciplinares (acadêmicos e profissionais), estará contribuindo para o avanço das fronteiras da assistência, gestão, produção científica e tecnológica brasileira.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Esta relação interdisciplinar com transferência de metodologias é não só fundamental, mas também vital para a sobrevivência da área, pois agrega conhecimento e geram outros novos com conseqüente melhoria em todos os processos. Em virtude do exposto, a existência de um PPG cuja essência busca a interdisciplinaridade deve ser um processo evolutivo natural para o avanço do conhecimento e é inerente a todos os PPG em Medicina.

6. O financiamento público ainda é crucial numa etapa pré-competitiva, e a política governamental de desenvolvimento é um fator decisivo. Muito se tem falado em competitividade da empresa no Brasil atualmente. Não é possível adquirir competitividade sem o domínio da geração de conhecimento, num mundo onde a mercadoria mais valiosa é a apropriação desse próprio conhecimento gerado. No Brasil, o número de cientistas e engenheiros trabalhando em pesquisa e desenvolvimento em empresas é inferior à maioria dos países desenvolvidos ou emergentes. Para que o país consiga competir num mundo com as características atuais, onde a principal riqueza é o domínio do conhecimento, é indispensável acelerar nossa capacidade de formação de pessoal qualificado, criando ao mesmo tempo condições para que nossas Universidades, Institutos de Pesquisa e Empresas absorvam estes egressos.

INTERDISCIPLINARIDADE

A Área de Medicina I, como pode ser observado acima, pode ser considerada altamente consolidada, devido ao bom desempenho de seus cursos e programas em sucessivas avaliações. No seu processo de amadurecimento e qualificação, é evidente a importância da mudança dos perfis dos programas e cursos para estruturas multidisciplinares e abrangentes, onde a valorização e incorporação de docentes diversos e a apropriação, principalmente metodológica de outras áreas, foram um aspecto fundamental.

Esta área tem efetivamente estimulado a interdisciplinaridade em torno do desenvolvimento de projetos de formação e de produção do conhecimento focados em áreas temáticas. Como indicado acima, este estímulo propiciou o desenvolvimento qualificado da área, o que é visível pelo número de teses e dissertações anualmente defendidas e pelas publicações na área, predominantemente em periódicos multidisciplinares de elevado impacto (mais de 60% das publicações em periódicos com elevado índice de impacto). Assim, de um perfil de Cursos e Programas que sobrepujam de forma indistinta as especialidades médicas (o que tornavam os programas inconsistentes e próximos à especialização e o *lato sensu*), atualmente a área de Medicina I é caracterizada por programas em 75% dos casos, multidisciplinares por proposta; dos 86 Cursos ou Programas credenciados na área, 24 são em Ciências da Saúde, 9 em Ciências



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Médicas, 15 em Medicina ou Medicina e Saúde, 5 em Saúde, Tecnologia em Saúde e Saúde e Sociedade e 3 Fisiopatologia Médica. Embora persistam programas/cursos em especialidades médicas estes agregam docentes de diferentes áreas do conhecimento produzindo ciência em uma área temática.

Em virtude do exposto, a existência de um Programa de Pós-Graduação (PPG) cuja essência busca a interdisciplinaridade é bem-vinda e o mesmo deveria ser direcionado à Medicina I para avaliação. Portanto, na área de Medicina I a Interdisciplinaridade é uma característica e tem se constituído de um processo evolutivo natural inerente à maioria dos PPG.

Desta forma, no processo de avaliação dos programas da área são valorizadas e amplamente estimuladas propostas coerentes, multidisciplinares e com disciplinas de formação eminentemente metodológicas (dentre as quais incluem ética em pesquisa e bioética). Praticamente todos os cursos e programas da Área de Medicina I atendem a demanda de profissionais de diferentes formações, não só da área da saúde, por entender que a complexidade atual da ciência e sua evolução necessitam da aproximação de metodologias apropriadas por diferentes pesquisadores e áreas do conhecimento. Assim, a aplicação de análise por atratores, análise estocástica, nanotecnologias, pinças ópticas entre outras são temas de varias teses e publicações na área. Esta produção é apresentada anualmente junto a estudos fisiopatológicos, populacionais e epidemiológicos em diferente área, o que *per se*, enfatiza a diversidade da área de Medicina I.

Para a expansão das fronteiras da assistência, gestão, produção científica e tecnológica, esta relação interdisciplinar com transferência e compartilhamento de metodologias, é não só fundamental, mas também vital para a sobrevivência da área, pois agrega conhecimento e geram outros novos com conseqüente melhoria em todos os processos. Em virtude do exposto, a existência de um PPG cuja essência busca a interdisciplinaridade é bem-vinda e deveria ser direcionada à Medicina I para avaliação. Portanto, na área de Medicina I a Interdisciplinaridade é uma característica e tem se constituído de um processo evolutivo natural inerente á maioria dos PPG.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Os PPG em Medicina, através de programas de extensão e maior atuação extramuros, utilizando um corpo docente altamente qualificado e alunos de mestrado e doutorado, podem implantar propostas, diretrizes e discussões em nível do ensino fundamental e médio, que propicie a mudança de realidades adversas que impliquem negativamente sobre a saúde e o bem-estar de populações.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Ao mesmo tempo, a boa formação acadêmica de professores pela pós-graduação senso estrito, se absorvidos pela escola pública, pode favorecer ao estímulo, identificação e lapidação de jovens talentos para áreas de pesquisa científica em biologia e medicina. Muitos dos estudantes de nossas escolas de ensino médio têm este talento, mas na maioria das vezes não o desenvolvem por falta de oportunidade. A existência e o incremento destas atividades de extensão, voltadas à difusão do conhecimento, são essenciais para o desenvolvimento futuro de uma nova geração de indivíduos envolvidos na pesquisa ou elaboração de políticas públicas para a sociedade brasileira, bem como para a independência científico tecnológica do país.

II. Requisitos e Orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. Proposta do Curso

A proposta deve explicitar claramente quais são os seus objetivos e a justificativa para a sua implantação. Os objetivos do curso devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade dos propósitos do curso com o campo científico no qual a proposta se insere. Do mesmo modo, deve ser descrito o perfil esperado para o egresso titulado. A proposta deve evidenciar ainda que o grupo proponente já venha trabalhando na instituição, de forma articulada e previamente à apresentação da proposta, em grupos de pesquisa. Como princípio básico da pós-graduação *stricto sensu*, os docentes e os discentes devem ter clara compreensão acerca das finalidades de um curso de mestrado, que não pode ser confundido com um curso de especialização (*lato sensu*). A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso e, obvia e prioritariamente, para o desenvolvimento e a geração de conhecimento novo, nas diferentes áreas de conhecimento estabelecidas para o mestrado acadêmico, constituem aspectos importantes na avaliação da proposta. No curso proposto, deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a íntima vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa, os projetos em desenvolvimento e as dissertações finalizadas. A estrutura curricular, prioritariamente de caráter metodológico, deve contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que devem ser integralizados em disciplinas. A proposta deve ser coerente com o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, com clara distinção da formação de especialistas (*lato sensu*). De forma objetiva, a matriz curricular deve proporcionar formação em investigação científica, mediante a inclusão de disciplinas que possam fornecer aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e a divulgação de seus resultados. Deve ser anexado o



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

regimento do curso, no qual estejam claros os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas e os critérios de avaliação. O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado mediante documento(s) da(s) instância(s) de deliberação superior da instituição. Não pode haver duplicação de cursos em uma mesma instituição, ou seja, na avaliação da proposta de curso novo será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma instituição. Para aprovação, a proposta deve receber nota 3 ou superior.

2. Corpo Docente

O corpo docente deve ser constituído integralmente por professores com título de doutor. O conjunto de professores deve incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral. Os docentes permanentes pertencentes à Instituições de Ensino Superior (IES) proponente devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano em projetos e/ou linhas de pesquisa relacionadas com o curso proposto, além de terem produção científica relevante na área. Em caráter temporário, para as regiões norte, nordeste e centro-oeste aceita-se a participação em até 40% da composição do corpo docente permanente de professores de outras instituições situadas nestas regiões. Esta participação como docentes permanentes, externos a IES proponente, deve ser restrita a dois cursos/programas de pós-graduação *stricto sensu*. O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção técnica e/ou científica. Os docentes devem ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de graduação (trabalho de conclusão de curso e, sobretudo, em atividades de iniciação científica) e/ou de cursos de especialização; de preferência, que pelo menos parte dos docentes permanentes já tenha orientado mestres e/ou doutores.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta geral do curso. Projetos isolados são aceitos desde que representem contribuição efetiva para o curso ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de atuação. Deve haver coerência entre os projetos de pesquisa e a infraestrutura disponível na instituição. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a duas por professor e/ou que linhas de pesquisa dependam exclusivamente de um único docente permanente. É incentivada a participação de alunos de graduação nos projetos em desenvolvimento. Projetos de pesquisa com financiamento por agências de fomento são particularmente valorizados.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. Produção Intelectual

A produção intelectual (científica e técnica) dos docentes deve guardar íntima relação com a proposta do curso, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa. Para alcançar a nota 3, a produção intelectual média dos docentes permanentes deve corresponder ao estabelecido neste Documento de Área no tópico referente à estratificação no Qualis-Periódicos e, nos demais indicadores dispostos no documento “Critérios para APCNs” disponível em <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4677-medicina-i>. Para efeito de pontuação, serão considerados apenas a publicação de artigos completos em periódicos e o registro de patentes, publicados em bases internacionais.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A instituição deve contar com: 1) laboratórios específicos e efetivamente vinculados ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa bem como, que disponham de instalações e equipamentos adequados para a realização dos estudos; 2) biblioteca com acervo dos principais títulos, sobretudo os periódicos científicos mais importantes da área, em meio impresso ou eletrônico; 3) salas para docentes e discentes, além de espaços necessários para as atividades administrativas.

6. Outras Recomendações

Um dos condicionantes básicos da criação de qualquer curso de mestrado ou de doutorado é que a instituição e o corpo docente tenham experiência prévia em atividades de investigação científica, atestada por produção intelectual compatível com as atividades propostas. O êxito de qualquer desses cursos depende da proposta pedagógica, da infraestrutura da instituição, dos corpos docente e discente e das linhas e projetos de pesquisa. Para congregar tudo isso, o apoio institucional é indispensável. Nesse sentido, além dos atos oficiais de aprovação da proposta é esperado que a instituição faça os investimentos necessários para prover a infraestrutura física, disponibilize as condições para o desenvolvimento das atividades previstas e realize a contratação de docentes qualificados para a função.

DOUTORADO

1. Proposta do Curso

A proposta deve explicitar claramente quais são os seus objetivos e a justificativa para a sua implantação. Os objetivos do curso devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade dos propósitos do curso com o campo científico no qual a proposta se insere. Do mesmo modo, deve ser descrito o perfil esperado para o egresso titulado. A proposta deve evidenciar ainda que o grupo proponente já venha trabalhando na instituição, de forma articulada e



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

previamente à apresentação da proposta, em grupos de pesquisa. Como princípio básico da pós-graduação *stricto sensu*, os docentes e os discentes devem ter clara compreensão acerca das finalidades de um curso de doutorado, que não pode ser confundido com um curso de especialização (*lato sensu*). A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso e, obvia e prioritariamente, para o desenvolvimento e a geração de conhecimento novo, nas diferentes áreas de conhecimento estabelecidas para o doutorado constituem aspectos importantes na avaliação da proposta. No curso proposto, deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a íntima vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa, os projetos em desenvolvimento e as dissertações finalizadas. A estrutura curricular, prioritariamente de caráter metodológico, deve contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que devem ser integralizados em disciplinas. A proposta deve ser coerente com o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, com clara distinção da formação de especialistas *lato sensu*. De forma objetiva, a matriz curricular deve proporcionar formação em investigação científica, mediante a inclusão de disciplinas que possam fornecer aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e a divulgação de seus resultados. Deve ser anexado o regimento do curso, no qual estejam claros os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas e os critérios de avaliação. O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado mediante documento(s) da(s) instância(s) de deliberação superior da instituição. Não pode haver duplicação de cursos em uma mesma instituição, ou seja, na avaliação da proposta de curso novo será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma instituição. Para aprovação, a proposta deve receber nota 4 ou superior.

2. Corpo Docente

O corpo docente deve ser constituído integralmente por professores com título de doutor. O conjunto de professores deve incluir pelo menos 15 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral. Em caráter temporário, para as regiões norte, nordeste e centro-oeste aceita-se a participação em até 30% da composição do corpo docente permanente de professores de outras instituições públicas situadas nestas regiões. Esta participação como docentes permanentes externos à IES proponente deve ser restrita a dois cursos/programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os docentes permanentes pertencentes à IES proponente devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano em projetos e/ou linhas de pesquisa relacionadas com o curso proposto, além de terem produção científica relevante na área. O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Parte dos docentes permanentes deve ter experiência na orientação de mestres e doutores; espera-se que a maioria deles tenha orientado (ou esteja orientando) alunos em atividades de iniciação científica e/ou em cursos de especialização.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta geral do curso. Projetos isolados são aceitos desde que representem contribuição efetiva para o curso ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de atuação. Deve haver coerência entre os projetos de pesquisa e a infraestrutura disponível na instituição. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a duas por professor e/ou que linhas de pesquisa dependam exclusivamente de um único docente permanente. É incentivada a participação de alunos de graduação nos projetos em desenvolvimento. Projetos de pesquisa com financiamento por agências de fomento são particularmente valorizados.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual (científica e técnica) dos docentes deve guardar íntima relação com a proposta do curso, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa. Para alcançar a nota 4, a produção intelectual média dos docentes permanentes deve corresponder ao estabelecido neste Documento de Área no tópico referente à estratificação no Qualis-Periódicos e, nos demais indicadores de pontuação dispostos no documento “Critérios para APCN”, disponível em <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4677-medicina-i>. Para efeito de pontuação, serão considerados apenas a publicação de artigos completos em periódicos e o registro de patentes, publicados em bases internacionais.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A instituição deve contar com: 1) laboratórios específicos e efetivamente vinculados ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa bem como, que disponham de instalações e equipamentos adequados para a realização dos estudos; 2) biblioteca com acervo dos principais títulos, sobretudo os periódicos científicos mais importantes da área, em meio impresso ou eletrônico; 3) salas para docentes e discentes, além de espaços necessários para as atividades administrativas.

6. Outras Recomendações

Um dos condicionantes básicos da criação de qualquer curso de mestrado ou de doutorado é que a instituição e o corpo docente tenham experiência prévia em atividades de investigação científica, atestada por produção intelectual compatível com as atividades propostas. O êxito de qualquer desses cursos depende da proposta pedagógica, da infraestrutura da instituição, dos corpos docente e discente e das linhas e projetos de pesquisa. Para congregar tudo isso, o apoio institucional é indispensável. Nesse sentido, além dos atos oficiais de aprovação da proposta é esperado que a instituição faça os investimentos necessários para prover a infraestrutura física, disponibilizar as condições para o desenvolvimento das atividades previstas e realizar a contratação de docentes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

qualificados para a função.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. Proposta do Curso

Neste quesito a proposta deve explicitar claramente quais são os seus objetivos e a justificativa para a sua implantação. Os objetivos do curso de Mestrado Profissional devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade dos propósitos do curso com o grande campo científico no qual a proposta se insere. Estimula-se a formatação de propostas interdisciplinares que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo. Do mesmo modo, deve ser claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta. A proposta deve evidenciar ainda, de forma clara, que o grupo proponente já vem trabalhando na instituição, de forma articulada e previamente à apresentação da proposta, em grupos de pesquisa e/ou de atuação profissional. Como princípio básico da pós-graduação *stricto sensu*, os docentes e os discentes devem ter clara compreensão acerca das finalidades de um curso de mestrado profissional, que não pode ser confundido com um curso de especialização *lato sensu*. A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais e, obvia e prioritariamente, para o desenvolvimento e a geração de conhecimento e/ou produtos novos, nas diferentes modalidades estabelecidas para o mestrado profissional constituem aspectos importantes na avaliação da proposta. No curso proposto, deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular deve contemplar: descrição da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas de caráter, preferencialmente, metodológico. Deve estar definida a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que devem ser integralizados em disciplinas. A estrutura curricular deve ser coerente com o desenvolvimento das linhas e projetos estabelecidos, sem redundância com a formação *lato sensu*; - ao lado de adquirir competências para realizar atividades no campo profissional, o aluno deve ser induzido a explorar e a desenvolver os aspectos de inovação e de aplicação tecnológica na sua área de atuação; - a estrutura curricular deve proporcionar formação em pesquisa, devendo incluir disciplinas que possam proporcionar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da investigação científica, para a divulgação dos resultados obtidos e para incorporação dos novos conhecimentos em sua prática, de modo a qualificar o exercício profissional. Deve ser anexado o regimento do curso, no qual estejam claros os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas e os critérios de avaliação. O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado mediante documento(s) da(s) instância(s) de deliberação superior da instituição. É imprescindível que o curso tenha uma



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

clara fonte de financiamento, materializada em contratos ou convênios entre a instituição e entes do setor saúde interessados na formação de seus profissionais, ou em outras fontes de recursos para o desenvolvimento do curso. Não pode haver duplicação de cursos em uma mesma instituição, ou seja, na avaliação da proposta de curso novo será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma instituição. Para aprovação, a proposta deve receber nota 3 ou superior.

2. Corpo Docente

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009).

O corpo docente permanente poderá participar de até dois (02) programas na mesma instituição. Será permitida a participação deste corpo docente permanente em um terceiro curso de Mestrado Profissional, desde que este ocorra numa mesma instituição sede. Entre os docentes permanentes, poderão ser incluídos profissionais sem título de doutor ou de mestre, mas com notória produção técnica ou profissional na temática do curso. Os docentes devem ter produção técnica e/ou científica relevantes na(s) área(s) de concentração do curso, tanto em quantidade como em qualidade. O corpo docente deve ser integrado majoritariamente por professores com experiência e atuação profissional na área do curso, atestada por sua produção técnica. A proposta deve incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano, com linhas de pesquisa ou de atuação profissional consolidadas, demonstradas por produtos pertinentes. O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção técnica e/ou científica. Os docentes devem ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de iniciação científica ou em trabalho de conclusão de curso durante a graduação e/ou durante programas de especialização.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa ou de atuação profissional devem estar vinculados à proposta geral do curso. Projetos isolados são aceitos desde que representem contribuição efetiva para o curso ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de atuação. Deve haver coerência entre os projetos de pesquisa ou de atuação profissional e a infraestrutura disponível na instituição. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a duas por professor e/ou que linhas de pesquisa não dependam exclusivamente de um único docente permanente. É incentivada a participação de alunos de graduação nos projetos. Projetos com financiamento por agências de fomento ou por outras entidades são particularmente valorizados.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. Produção Intelectual

A produção intelectual (científica e técnica) dos docentes deve guardar íntima relação com a proposta do curso, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa. A produção intelectual dos docentes permanentes será avaliada e deve atender a critérios quantitativos e qualitativos mínimos no que se refere a produção bibliográfica e consideradas as produções técnicas do corpo docente permanente, atendendo a estratificação do Qualis periódicos da área 15, e igualmente nos bancos de registro de patentes o registro de patentes, publicados em bases internacionais.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A instituição deve contar com: 1) laboratórios de pesquisa e/ou de atuação profissional (entendidos como tal: hospitais, unidades de saúde, centros de atendimento a pacientes, laboratórios de investigação etc.) que disponham de instalações e equipamentos adequados para o desenvolvimento dos projetos propostos; 2) biblioteca com acervo dos principais títulos, sobretudo os periódicos científicos mais importantes da área, em meio impresso ou eletrônicos; 3) salas para docentes e discentes, além de espaços necessários para as atividades administrativas.

6. Outras Recomendações

Um dos condicionantes básicos da criação de qualquer curso de mestrado profissional é que a instituição e o corpo docente tenham experiência prévia em atividades de investigação e/ou inovação tecnológica, atestadas por produção intelectual compatível com as atividades propostas. O êxito de qualquer desses cursos depende da proposta pedagógica, da infraestrutura da instituição, dos corpos docente e discente e das linhas de pesquisa e de atuação profissional. Para congregarem tudo isso, o apoio institucional é indispensável. Nesse sentido, além dos atos oficiais de aprovação da proposta, se espera que a instituição faça os investimentos necessários para prover a infraestrutura física, disponibilizar as condições para o desenvolvimento das atividades previstas e realizar a contratação de docentes qualificados para a função.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A Ficha de Avaliação inclui um quesito qualitativo apenas, e quatro quesitos que envolvem aspectos tanto qualitativos como quantitativos do desempenho/atuação do programa. Cada quesito tem de três a cinco itens de avaliação. Cada item recebe conceitos Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente. Cada item possui peso variado e o conceito do quesito resulta da média ponderada dos itens. A avaliação global do programa, por sua vez, resulta da média ponderada dos conceitos dos quesitos.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

No item V deste documento estão detalhados todos os quesitos e itens, seus pesos e indicadores de avaliação.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

I Seminário de Acompanhamento Medicina I – NOVEMBRO 2012

Procurou-se durante a Reunião uma discussão aberta e clara sobre as diferentes visões acerca dos aspectos que norteiam a pós-graduação nesta profícua e importante área: Medicina I. Tentou-se neste relatório exprimir todos os pontos mais relevantes nesta primeira Reunião com os Coordenadores de Programas e Cursos. As discussões em todo o momento tiveram como diretrizes a qualidade da produção dos programas, a manutenção de um processo isento de avaliação e credenciamento e a troca de experiências, levantando-se pontos positivos ou negativos que possam ser utilizados por todos os coordenadores no gerenciamento de seus programas. Espera-se que este possa servir de subsídio para o desenvolvimento qualificado de todos os programas. Há um grande compromisso e disposição dos coordenadores em modificar o rumo de seus programas e cursos de pós-graduação; As modificações sugeridas na proposta dos programas e cursos a serem implementadas durante o triênio corrente serão analisadas e avaliadas tendo em conta tal empenho de mudança; Medidas institucionais nomeadas acima são fundamentais para o sucesso das mudanças a serem implantadas. Algumas mudanças a serem implantadas nos documentos de avaliação apenas acompanham o desenvolvimento e maturidade desta área. Outras vão à direção de unificar a maioria dos critérios utilizados pelas áreas de Medicina I, II e III. Tendo em conta que a formação na pós-graduação é prioritária para o país, é importante que em todos os níveis esteja claro que esta atividade requer recursos financeiros, núcleo docente capaz e infraestrutura adequada à pesquisa.

Várias sugestões, para os programas/cursos, IES e para CAPES foram enumeradas durante o Seminários e estas constam do documento postados na página da área.

II Seminário de Acompanhamento Medicina I – MARÇO 2013

Os coordenadores de área de Medicina I se reuniram em 27 de março de 2013 no edifício sede da CAPES em Brasília com um expressivo número de coordenadores de programas/cursos credenciados pela CAPES com notas de 3 (três) a 7 (sete) na última Avaliação Trienal (2007-2009). Durante o II Seminário de Acompanhamento da Área de Medicina I, ocorrida em março de 2013 no prédio sede da CAPES em Brasília, houve uma aberta e clara discussão sobre as diferentes visões acerca dos aspectos que norteiam a pós-graduação nesta profícua e importante área de conhecimento particularmente sobre o processo de avaliação e seus critérios. As discussões em todo o momento tiveram como diretrizes a qualidade da produção dos programas, a manutenção de um processo isento de avaliação e credenciamento e a troca de experiências, levantando-se pontos positivos ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

negativos que possam ser utilizados por todos os coordenadores no gerenciamento de seus programas. Espera-se que este possa servir de subsídio para o desenvolvimento qualificado de todos os programas. Há um grande compromisso e disposição dos coordenadores em modificar o rumo de seus programas e cursos de pós-graduação. As modificações sugeridas na proposta dos programas e cursos a serem implantados durante o triênio corrente serão analisadas e avaliadas tendo em conta tal empenho de mudança. Medidas institucionais nomeadas acima são fundamentais para o sucesso das mudanças a serem implantadas. Algumas mudanças que serão implantadas nos documentos de avaliação mostram, principalmente, o desenvolvimento e maturidade desta área. Outras vão à direção de unificar a maioria dos critérios utilizados pelas áreas de Medicina I, II e III. Tendo em conta que a formação na pós-graduação é prioritária para o país é importante que em todos os níveis esteja claro que esta atividade requer recursos financeiros, núcleo docente capaz e infraestrutura adequada à pesquisa.

Vários aspectos foram debatidos e estabelecidos pelos coordenadores presentes no II Seminário no que se refere aos critérios para avaliação dos Mestrados Profissionais, às características qualitativas e numéricas do corpo docente de cursos e programas de pós-graduação bem como à produção intelectual e técnica recomendada durante o processo de avaliação Trienal. Estas definições encontram-se nos documentos e relatórios dos Seminários de Acompanhamento postados na página da área.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS PORTARIAS CAPES Nº 01/2012 E Nº 02/2012

Abaixo, a área 15 manifesta-se sobre suas peculiaridades, tendo em conta a Portaria CAPES nº 01/2012 que estabelece os números mínimo e máximo de alunos por orientador. A tabela abaixo mostra a existência de docentes permanentes com um número acima do propugnado pela Portaria em epígrafe, mas também um número excessivo de professores permanentes que orientaram um número inferior a 2 (dois) alunos no triênio 2007-2009.

Assim, considerando os dados, o Comitê de Área da Medicina I estabelece:

- Com respeito ao limite máximo da relação número de alunos por docente permanente (DP), recomenda-se que o limite máximo de alunos por DP não seja superior a 20, somados todos os programas nos quais o docente participa, sejam estes da mesma área de avaliação ou não;
- A relação de alunos por DP entre 9 a 20 alunos por docente permanente deve ser restrita a 40% do Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior; 20% para cursos 4 e 0% para cursos 3;
- Recomenda-se que apenas 10% Corpo Docente Permanente para cursos com nota 5 ou superior orientem um número \leq a 2 alunos por triênio; e assim define, respectivamente, que este número não supere a 20% para cursos 4 e a 40% para cursos 3 tendo em conta a necessidade de atender a manutenção da homogeneidade de atividades mínimas estabelecidas no documento de área;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Recomenda-se ainda, em cursos e programas que admitam a relação entre 9 e 20 alunos por DP, sejam respeitados os seguintes critérios: a) o fluxo de alunos titulados deve ser igual a 35% do número de seus alunos no triênio; b) o DP deve apresentar produção intelectual compatível com a nota do programa/course e, vinculada ao corpo discente ou egressos dos programas de pós-graduação.

Notas	DP	Nº Disc	DP \geq 8 (por PPG)	DP \leq 2
3	12,0	28,6	0,14 (1/7)	7,1
4	18,7	59,2	0,96 (9/27)	9,3
5	22,3	60,3	0,44 (6/18)	12,5
6	24,1	83,5	1,66 (3/6)	10,6
7	25,4	93,4	2,60 (3/5)	12,8

Tabela 1 - Valores Médios por Programa – Medicina I

PPG: Programa de Pós-Graduação; Disc: Discente; DP: Docente Permanente; DP \geq 8: DP com mais de 8 alunos (%); DP \leq 2: DP com menos de 2 alunos/triênio (%).

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), roteiro para classificação de livros/eventos/produtos técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação**QUALIS-PERIÓDICOS**

A produção intelectual dos programas na área de Medicina I é avaliada, essencialmente, por meio de artigos completos publicados em periódicos científicos com política editorial de revisão por pares. A produção técnica relevante e relacionada à temática da proposta será avaliada, de forma complementar, nos casos de Mestrado Profissional. Outras formas de divulgação do conhecimento científico, como livros, capítulos de livros e resumos em anais de congressos não são considerados pela Área. Assim sendo, o Qualis-Periódicos é o referencial de análise da qualidade das publicações, não sendo levadas em consideração, para fins de análise, outras produções.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Periódicos Analisados no Processo de Estratificação

A área de Medicina I considerou para a estratificação de A1 a C todos os periódicos relatados pelos cursos/programas. O Qualis Periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, e foi atualizado anualmente.

Critérios Utilizados no Processo de Estratificação

- a. Foram utilizadas as bases indexadoras do *ISI e SCImago* – dezembro de 2012 pela alta correlação existente, respectivamente, entre o fator de impacto e cites per doc (2 anos). Foram atualizados na planilha os fatores de impacto (base *ISI*) ou *cites per doc/2* anos (base *SCImago*). Para os periódicos que tinham indicadores de impacto em pelo menos uma das bases, indicou-se o respectivo valor, ou o de maior valor quando contemplados em ambas as bases.
- b. Com esta base de dados atualizada, fez-se então a distribuição dos periódicos, atendendo os limites estabelecidos pelo CTC-ES para que os percentuais de periódicos classificados em A1+A2 seja menor ou igual a 25% e A1+A2+B1 menor ou igual a 50%. Adicionalmente, estabeleceu-se que a produção com impacto [fator de impacto (FI) ou cites per doc (Cit./doc)] maior ou igual a 0.2 (nas bases *ISI e/ou Scimago*) seria distribuída até o estrato B3, ficando os estratos B4 para as publicações com impacto <0.2 nas bases acima + os periódicos das bases SCIELO, Medline, Scopus sem índice de impacto. Para o estrato B5 ficaram os periódicos indexados na base LILACS e em outros indexadores (Sportdiscus, Latindex, etc.);

É importante reafirmar que a estratificação dos periódicos através do Qualis tem como única e definida função estabelecer uma ferramenta objetiva de qualificação da produção acadêmica apresentada no triênio pelo programas. Assim, o Qualis para a área 15 ficou com o seguinte perfil e percentual de periódicos em cada estrato:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Periódicos Classificados	
Estratos	FI
A1	>4.0
A2	2.8 - 3.99
B1	1.6 - 2.79
B2	0.8 - 1.59
B3	0.2 - 0.79
B4	<0.2 + MedLine; ISI; Scopus; Scielo
B5	Lilacs e outras Bases
C	Sem Indexador

O indicador para classificar os periódicos B4 e B5 (que não possuem fator de impacto ou este é inferior a 0.2) é a base de dados em que os mesmos estão indexados. Indexação em bases internacionais, de amplo acesso e veiculação, conferem classificação mais elevada, como exemplificado a seguir: periódicos indexados no Medline/PubMed são classificados como B4. As versões eletrônicas de periódicos indexados no ISI, mas que ainda não possuem sua própria indexação são classificados como B4.

Periódicos indexados no *SciElo* são classificados como B4. Periódicos indexados no LILACS, LATINDEX e indexadores semelhantes são classificados como B5. Por fim, os periódicos irrelevantes para a área, como veículos para a disseminação de conhecimento, são classificados no estrato C e não receberão pontuação. Estes critérios para o Qualis Periódicos da Área de Medicina I foram submetidos ao CTC-ES em abril e maio de 2013. Conforme orientação da Grande Área da Saúde, os pesos atribuídos para artigos publicados em periódicos classificados em cada um dos estratos são os seguintes:

- Estrato A1 peso 100
- Estrato A2 peso 80
- Estrato B1 peso 60
- Estrato B2 peso 40
- Estrato B3 peso 20*
- Estrato B4 peso 10*
- Estrato B5 peso 5*

*** somente serão considerados três artigos por docente em cada um dos estratos assinalados.**



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A área não irá adotar o Roteiro para Classificação de Livros, pois utiliza de modo pouco expressivo esta modalidade de publicação como veículo de divulgação de conhecimento novo.

Excepcionalmente, no caso dos mestrados profissionais livros ou capítulos de livros serão considerados, desde que tenham relação com os objetivos do programa, como produção técnica complementar. A análise da pertinência e qualidade desta produção será aferida pela comissão de avaliação do MP.

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010 - 2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular	50%	Diz respeito aos fundamentos e à estrutura que o programa utiliza para formar mestres e doutores, em termos de proposta curricular e de atividades de investigação, nesta incluindo área(s) de concentração, linha(s) e projetos de pesquisa.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	Examinar as ações estratégicas que o programa pretende desenvolver nos próximos anos, visando o seu constante aprimoramento. Para isso, é preciso levar em conta as mudanças, os avanços e as tendências que devem ocorrer no país e no mundo na formação pós-graduada na sua área de atuação. Examinar na parte textual do Aplicativo Coleta em Visão Geral ou em Outras Informações sobre o Programa/Curso todas as informações qualitativas e quantitativas pertinentes à avaliação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Trienal, mas cujos campos para preenchimento no Coleta CAPES são inexistentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Inclusão de lista de jovens doutores (até 6 anos após doutoramento) que atuam no programa como docentes com algum vínculo institucional (projetos de pesquisa, bolsas, vínculo empregatício etc.); b) Inclusão de lista de alunos de Iniciação Científica: bolsa, vinculação, número etc.; c) Inclusão da lista de Pesquisadores com bolsa de produtividade ou equivalente ou equivalente de origens diversas: FAPs, CNPq etc.; d) Inclusão de lista de financiamentos: tipos, valores, origem, nome do projeto; e) Inclusão de convênios e interações nacionais e internacionais;
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Examinar a descrição da infraestrutura do Programa no que se refere a espaços físicos diversos, tais como laboratórios, equipamentos, recursos de informática e biblioteca.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	Leva em conta que todos os docentes do Programa/Curso sejam doutores; a existência de formação adequada e experiência para o desenvolvimento das metas de formação e aos objetivos do



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>Programa; a projeção acadêmica nacional ou internacional do corpo docente permanente; a existência e estímulo do Programa à formação pós-doutoral do corpo docente; a inclusão de jovens talentos em atividade de pesquisa (pós-doutorados ou jovens pesquisadores) como docentes do programa; examinar também a adequação da composição e distribuição dos docentes nas diferentes categorias: permanentes, colaboradores e visitantes.</p> <p>Será considerada e valorizada a participação de Jovens Pesquisadores (JP) e Pós-doutorados (Pós-Docs), financiados por agências de fomento, como Jovens Docentes Permanentes (JDP) ou Convidados do programa. Estes poderão participar por até 6 anos nesta condição de JDP. A identificação destes JDP e Pós-Docs deverão ser incluídas na parte textual do Aplicativo Coleta em Visão Geral ou em Outras Informações</p> <p>A inclusão de JP e Pós-Docs não comprometerá a nota do programa/curso, desde que o percentual destes em relação ao corpo docente permanente, não ultrapasse 30%.</p> <p>O número mínimo de docentes permanentes atuando nos cursos de mestrado acadêmico não deverá ser inferior a 10, enquanto para cursos com Doutorado este número de DP deverá ser igual ou superior a 15. Os programas já reconhecidos pela CAPES com curso de doutorado com avaliação limítrofe dos quesitos qualitativos e quantitativos, e que não tenham em seu corpo docente 15 ou mais professores, não progredirão para notas superiores a critério da comissão de</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>avaliação.</p> <p>Examinar se o programa obedece a Portaria CAPES nº 01/2012 que define a participação de Docentes como Permanentes em no máximo 3 (três) PROGRAMAS, dentre os quais 01 Mestrado Profissional. Pelo estabelecido nos Critério de Área para Proposta de Curso Novo, se aceita em caráter excepcional e transitório, a participação, em até 40% do corpo docente permanente, de professores e pesquisadores de outras IES públicas quando o Programa/Curso estiver situado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.</p> <p>Esta participação de docentes de outras IES como permanentes deverá ser formalmente aprovada por ambas IES e, esta participação como docente permanente não deve ultrapassar ao total de dois programas de pós-graduação acadêmico ou profissional.</p> <p>Examinar qualitativa e comparativamente o número de docentes permanentes: (1) com bolsa de produtividade ou equivalente em pesquisa (de agências nacionais, estaduais ou internacionais); (2) docentes do programa que participam como docentes visitantes de outras IES, no país ou no exterior; (3) docentes permanentes que mantêm atividade de consultoria em agências de pesquisa/fomento; (4) docentes permanentes que pertencem ao corpo editorial de periódicos.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Avaliar a atuação do conjunto de docentes permanentes em disciplinas de pós-graduação; a distribuição homogênea e a vinculação integral dos docentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		permanentes em projetos de pesquisa e orientação discente.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Examinar e valorizar o equilíbrio entre as atividades de formação de docentes/pesquisadores e de pesquisa do corpo docente permanente do programa/curso.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	15%	Examinar a proporção de docentes que se envolvem em aulas de graduação e na orientação de alunos em projetos de pesquisa (iniciação científica).
2.5. Captação de recursos em agências de fomento à pesquisa.	10%	Examinar comparativamente a capacidade do corpo docente permanente de captar recursos bem como os valores captados em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento nacionais e internacionais.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	Serão examinados quantitativamente: 1. Percentual médio de orientações concluídas por docente permanente para programas com pelo menos duas avaliações trienais. 2. Distribuição percentual de docentes com pelo menos 01 (uma) orientação de Mestrado e 01 (uma) orientação de Doutorado defendida no triênio.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Serão examinados quantitativamente: 1. Número médio de orientações por docente permanente (número de orientações/total de docentes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>permanentes deve respeitar ao definido no Relatório Final de Avaliação da área 15).</p> <p>Em situação especial, para os Cursos/Programas que admitam mais de 8 alunos por DP deve ser respeitado os seguintes critérios qualitativos: a) o fluxo de alunos titulados deve ser considerado muito bom pelos critérios da área; b) o DP deve apresentar produção intelectual compatível com a nota do programa/Curso e, c) esta deve estar vinculada ao corpo discente (graduação e pós-graduação).</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>50%</p>	<p>É medida, sobretudo, pelos artigos completos publicados pelos discentes e egressos do programa relativos às teses e dissertações concluídas.</p> <p>Serão examinados quantitativamente:</p> <p><i>A. Indicador 1:</i> A razão de publicações envolvendo discentes ou egressos autores (nos últimos 3 anos) em relação ao número de titulados (soma dos produtos com autoria discente no triênio/número de alunos titulados no triênio).</p> <p><i>B. Indicador 2:</i> O número percentual de publicações com autoria discente/total de publicações do Programa.</p> <p><i>C. Indicador 3:</i> A qualidade da produção discente com base no Qualis periódicos da área utilizando os estratos de A1 a B2.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Avaliar o tempo médio de titulação de mestres e doutores. Recomenda-se como tempos médios de integralização de no máximo 30 meses para o mestrado e 54 meses para o doutorado.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	45%	<p>Examinar a produção global do programa, ou seja, o número total de artigos completos publicados em periódicos científicos pelo conjunto de docentes permanentes, discentes e egressos. O parâmetro de qualidade das publicações é o Qualis Periódicos. Os Periódicos serão estratificados de acordo com o explicitado no item III do Documento de Área.</p> <p>Produção do Programa: considerar o número de pontos obtidos pela divisão do total de pontos de todos os docentes permanentes pelo número de docentes permanentes do programa.</p> <p>Uma vez que 50% da produção intelectual, para cursos nota 5 ou superior devem incluir produções dos extratos A1, A2 e B1, as produções do extrato B1 poderão ser substituídas por patentes publicadas no <i>Web of Knowledge</i> particularmente no <i>Derwent Innovations Index</i>.</p> <p>Considerar o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes.</p> <p>A pontuação do docente deve ser proporcional ao tempo de participação como docente permanente no programa.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	45%	Avaliar a percentagem de docentes permanentes que publicam regularmente.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		O pressuposto básico de valorização deste item é que as publicações qualificadas estejam bem distribuídas entre os docentes, considerando-se aceitável que pelo menos 80% dos docentes permanentes publiquem regularmente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	Examinar o número e qualidade de patentes depositadas ou publicadas (nacionais ou internacionais), relatórios e outras publicações técnicas consideradas relevantes na área.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	Examinar o papel do programa, tanto para a sua própria região como para o país, na formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho e especialmente para atender às necessidades do Sistema Único de Saúde e no desenvolvimento de pesquisa.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	Avaliar as interações que o programa mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área, especialmente em áreas menos desenvolvidas do país e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico regional e nacional. Participação do programa em iniciativas como MINTER, DINTER, PROCAD e congêneres serão especialmente considerados.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	Examinar os mecanismos de divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderão ser realizados de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.
MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40%	<p>- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.</p> <p>As propostas de Mestrado Profissional devem apresentar caráter interdisciplinar de tal forma que agreguem competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável;</p> <p>Deve estar claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. Este perfil não pode ser dissociado aos objetivos da proposta;</p> <p>A proposta não deve ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento <i>lato sensu</i>;</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>São prioritárias propostas vinculadas a projetos de intervenção, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e de desenvolvimento tecnológico;</p> <p>São também prioritários e relevantes à temática e os impactos locais, regionais ou nacionais;</p> <p>Coerência da proposta: deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento e conseqüentemente, com os trabalhos finais desenvolvidos. A estrutura curricular deve proporcionar formação em pesquisa e fundamentos metodológicos.</p>
<p>1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.</p>
<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2 – Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional). - Examinar se o Corpo Docente atua em P, D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional. <p>O Corpo Docente do Mestrado Profissional deve ser constituído por professores ou profissionais com notório saber, todos com reconhecida competência e atuação, demonstradas pela produção técnica, científica e profissional vinculada à temática da proposta;</p> <p>Examinar se o programa obedece a Portaria CAPES nº 01/2012 que estabelece a participação de Docentes Permanentes não deve ultrapassar a 3 (três) PROGRAMAS, dentre os quais 01 Mestrado Profissional.</p> <p>Como estabelecido nos Critério de Área para APCN, em caráter excepcional e transitório, é permitida a participação, em até 40% do corpo docente permanente, de professores e pesquisadores de outras IES públicas quando o curso ou programa estiver situado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A participação de docentes de outras Instituições como permanentes deverá ser formalmente aprovada por ambas IES e, esta participação não deve ultrapassar a dois programas de pós-graduação acadêmicos e um profissional.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>O Corpo Docente do Mestrado Profissional deve incluir pelo menos 10 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano; Os docentes permanentes devem ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso.</p>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento de orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>- Examinar as publicações com coautoria discente em periódicos, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</p> <p>- Examinar a produção técnica, que foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<p>- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, e, sua vinculação com os objetivos da proposta do Programa.</p>
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<p>Examinar o número e distribuição das publicações do programa no triênio.</p> <p>Levar em conta a produção global do programa, ou seja, o número total de artigos completos publicados em periódicos científicos pelo conjunto de docentes permanentes, discentes e egressos. O parâmetro de qualidade das publicações é o Qualis Periódicos. Os Periódicos serão estratificados de acordo com o explicitado no item III do Documento de Área.</p> <p>Considerar o número de pontos obtidos pela divisão do total de pontos de todos os docentes permanentes pelo número de docentes permanentes do programa.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Considerar o número de pontos atingidos por, pelo menos, 80% dos docentes permanentes.</p> <p>A pontuação do docente deve ser proporcional ao tempo de participação como docente permanente no programa.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<p>Examinar a produção técnica, patentes depositadas e outras produções consideradas relevantes para a área e compatíveis com a proposta do Mestrado, tais como:</p> <p>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; Artigos e Relatórios publicados em periódicos técnicos; Produtos técnicos; Protótipos; Patentes publicadas; Incluem patentes depositadas (nacionais ou internacionais);</p> <p>Para efeito de pontuação, serão considerados publicação de artigos completos em periódicos, registros de patentes, publicados em bases internacionais e produção técnica de qualidade compatível com a proposta, como produção complementar à produção intelectual (esta será analisada qualitativamente pelo comitê de área).</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa e os objetivos do Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto tais como: social, educacional, sanitário e tecnológico. Considerar o papel do programa, tanto para a sua própria região como para o país, na formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho e especialmente para atender às necessidades do Sistema Único de Saúde e para o desenvolvimento de pesquisa nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos dentro da modalidade de Mestrado Acadêmico ou Profissional; a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para inovação, pesquisa, e para o desenvolvimento regional da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, e social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos e diagnósticos), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	- Examinar os mecanismos de divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderão ser realizados de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).</p>
--	--

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A internacionalização dos programas de pós-graduação da área de Medicina I é mais fortemente evidenciada pela inserção da produção intelectual em veículos de divulgação de acesso internacional bem como pelo reconhecimento desta produção, medido pelos índices de citação (Figura 5). Esta ocorre em diferentes níveis, desde uma parceria visando o incremento da produção do próprio programa até a contribuição bilateral com centros de excelência. Ocorre também pelo estabelecimento de parcerias, cada vez mais comuns, que visam o aprimoramento de pesquisa em áreas de conhecimento específicas com centros no exterior ainda emergentes (particularmente na América Latina e África), tais como as parcerias com países do eixo Sul-Sul.

Devido às suas características de produção e veiculação da produção intelectual, a Área 15 é por natureza internacional. Entretanto, as atividades de internacionalização dos diferentes programas que constituem esta Área da CAPES refletem as diferentes formas de entendimento do conceito de internacionalização por parte das IES. De uma maneira geral, a internacionalização da Pós-Graduação em Medicina é considerada por sua disposição e disponibilidade para parcerias com instituições estrangeiras, envolvendo fluxos de discentes e docentes nos dois sentidos, minimizando os impactos/dificuldades impostas pelas barreiras burocráticas e culturais que naturalmente existem. Institucionalmente, tem sido implantadas ações peculiares de instituições/programas para instituição com diferentes níveis e maturação de internacionalização, dentre as quais:

- a) Mobilidade de alunos, “in” e “out”: estágios sanduíche, participação em congressos,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

missões de curta duração;

- b) Acordos efetivos de doutorados em duplo diploma e oferecimento de disciplinas em conjunto com instituições internacionais;
- c) Mobilidade de docentes, “*in*” e “*out*”: interações entre grupos de pesquisa, fluxo intenso de professores visitantes;
- d) Organização/realização de congressos, simpósios e workshops internacionais.

Atualmente, é possível verificar que os programas da área estão estabelecidos em três patamares que refletem “o grau de internacionalização” de cada um deles. Para os programas mais jovens, o processo de internacionalização é entendido como um investimento na formação e qualificação de pessoal, mediante a cooperação com instituições no exterior. A existência de comissão institucional para assuntos de internacionalização, quando existente, é algo novo e incipiente. Também, poucos são os recursos financeiros disponibilizados pela instituição, o que dificulta em muito a vinda de estrangeiros (pesquisadores ou alunos) para cursos ou atividades científicas. Para alguns outros programas, embora ainda que em alguns casos não fique clara uma política institucional de internacionalização, é possível verificar que há iniciativas específicas de financiamento, que permitem um fluxo de pesquisadores para e do exterior com frequência e de forma programada. Contudo, as diferenças de “grau de internacionalização” parecem estar mais relacionadas às iniciativas individuais que decorrentes de políticas de internacionalização das IES. Em alguns casos, há claras iniciativas de apoio e sensibilização das reitorias na busca da internacionalização. Também, neste patamar os programas já investem em programas de dupla titulação o que proporciona uma maior visibilidade do programa no exterior. Por fim, aqueles programas consolidados inseridos nas universidades nas quais há forte investimento financeiro e gerencial em atividades de internacionalização. Nestas universidades existem assessorias ou comitês de internacionalização e, clara política neste sentido. É possível perceber alto fluxo de pesquisadores indo e vindo do exterior, acompanhado de fluxo de alunos dos programas em estágios no exterior e/ou participando de eventos ou congressos. Também é possível detectar a vinda de alunos fora, particularmente, da Ásia, África e América Latina. São oferecidas disciplinas em inglês pelos docentes visitantes e vários deste participam de bancas de doutorado. Alguns destes programas já têm alunos graduados com duplo diploma.

A busca da excelência impõe a meta de internacionalização aos programas de pós-graduação na área médica. Um curso avaliado com nota 5, dependerá do atendimento dos critérios de internacionalização para se inserir nos mais alto nível de qualificação. A internacionalização, assim, passa a ser um dos maiores desafios das IES, não só a busca de se tornarem centros de excelência, como a sua própria inserção na comunidade científica internacional. O maior objetivo de se internacionalizar é proporcionar uma diversidade de conceitos, ideologias e culturas fortalecendo o ensino, a pesquisa, e a extensão, contribuindo com sua a qualificação, ampliando a produção de conhecimento e a sua difusão na comunidade internacional. Tão relevantes quanto os objetivos da internacionalização são as formas e meios para a sua concretização através de critérios objetivos de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

qualidade. A área tem a expectativa que seus programas de excelência tenham adotado uma forma ativa de engajamento à internacionalização através de processos e produtos próprios, que sejam oferecidos e consumidos pela comunidade acadêmica internacional. Espera-se que os programas demonstrem ser polos de atração e, por isso, suas estruturas acadêmicas assumam o papel preponderante no referido processo. Neste sentido, as seguintes questões devem ser lembradas pelos avaliadores dos programas candidatos à excelência: 1. Como a internacionalização incidirá sobre a qualidade da instituição acadêmica em todos os níveis de atuação? 2. De que modo o atendimento aos objetivos de internacionalização influencia a relação da IES com a sociedade? A resposta a ambas as questões, segundo a visão da área 15, pressupõe que a internacionalização não acarreta apenas vantagens institucionais (importância e renome) ou acadêmicas (melhoria da formação do ensino e da pesquisa). Mas que esta assuma relevância adicional para o país, uma vez que a incorporação de parâmetros de excelência reconhecidamente internacionais, passa a ser condição para a apropriação do conhecimento e independência científico-tecnológica do país.

Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7:

Neste item, será avaliado o desempenho do Programa na formação de recursos humanos e na nucleação de novos grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país, sendo considerados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação.

Estes níveis de qualificação de produção e de desempenho deverão ser equivalentes aos de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos, e da expressão da produção científica do corpo discente. Assim, em relação às publicações, serão considerados:

- Os artigos dos docentes permanentes e discentes em periódicos qualificados nos estratos superiores do Qualis Periódicos (A1, A2 e B1), os quais ofereçam contribuição significativa para o conhecimento da Área;
- Estes programas ou cursos de pós-graduação deverão apresentar também um percentual de 10% ou mais de publicações, entre 2010-2012, com pelo menos uma participação de colaborador estrangeiro avaliada no *Scimago*; este percentual de colaboração internacional corresponde à moda das colaborações no intervalo de 3 anos observada para países da OCDE, Japão e EUA onde o índice de colaborações internacionais (IndCol) está entre 20-40%;

Pelos critérios estabelecidos no processo de avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação na área de Medicina I, atingir a classificação de nível 6 e 7 implica que o programa tenha atingido padrão internacional e portanto os mais elevados níveis de qualificação. Assim, em relação à

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

inserção internacional do programa, serão observados os seguintes indicadores de participação ou produção internacional dos docentes permanentes:

- participação em corpo editorial de periódicos altamente qualificados;
- promoção de eventos científicos significativos de cunho internacional;
- intercâmbios e convênios internacionais, promovendo a circulação de professores e alunos;
- participação regular de alunos de doutorado em estágio sanduíche em instituições estrangeiras;
- atração e presença de alunos estrangeiros no programa, como alunos regulares ou como discentes de bolsas sanduíche vinculados a programas de pós-graduação de outros países;
- atuação de professores de Instituições internacionais no programa (palestras, bancas, cursos, atividades de pesquisa pós-doutoral);
- participação qualificada e apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais de alto nível acadêmico;
- captação de recursos financeiros para pesquisa de fontes internacionais;
- realização de estágios (alunos e professores) e pesquisas no exterior associados a equipes estrangeiras;
- realização de estágio pós-doutoral de egressos e docentes no exterior, preferencialmente com apoio de agências de fomento;
- apresentar um percentual relevante de docentes permanentes com bolsa de produtividade ou equivalente do CNPq (este percentual deve estar acima da média dos programas da área);
- demonstrar a participação relevante na gestão e em comissões de organismos internacionais (direção, coordenação e comissões ou conselhos);
- apresentar a outorga de prêmios e distinções, nacionais e internacionais ao corpo docente e discente do programa.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012**Etapa:** Avaliação Trienal 2013**Área de Avaliação:** 15 - MEDICINA I

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ANTONIO ALBERTO DA SILVA LOPES	UFBA	Consultor(a)
CARLOS CEZAR FRITSCHER	PUC/RS	Coordenador(a) Adjunto(a)
ELIZABETH DE FRANCESCO DAHER	UFC	Consultor(a)
EMILIA INOUE SATO	UNIFESP	Consultor(a)
FERNANDO CENDES	UNICAMP	Consultor(a)
FLÁVIA RAQUEL FERNANDES DO NASCIMENTO	UFMA	Consultor(a)
FRANCISCO RAFAEL MARTINS LAURINDO	INCOR/SP	Consultor(a)
IRENE DE ALMEIDA BIASOLI	UFRJ	Consultor(a)
IRINEU TADEU VELASCO	USP	Consultor(a)
JOSE ANTONIO ROCHA GONTIJO	UNICAMP	Coordenador(a)
LUIS FELIPE RIBEIRO PINTO	INCA	Consultor(a)
MAGDA LAHORGUE NUNES	PUC/RS	Consultor(a)
MARCELO TÁVORA MIRA	PUC/PR	Consultor(a)
MARCIA MARGARET MENEZES PIZZICHINI	UFSC	Consultor(a)
MARCOS TADEU NOLASCO DA SILVA	UNICAMP	Consultor(a)
MARIA DE FATIMA SONATI	UNICAMP	Consultor(a)
MARIO TERRA FILHO	USP	Consultor(a)
MONICA ROBERTO GADELHA	UFRJ	Consultor(a)
NESTOR SCHOR	UNIFESP	Consultor(a)
POLI MARA SPRITZER	UFRGS	Consultor(a)
RICARDO BRANDT DE OLIVEIRA	USP/RP	Consultor(a)
RICARDO QUEIROZ GURGEL	FUFSE	Consultor(a)
TEREZILA MACHADO COIMBRA	USP	Consultor(a)
THAIS HELENA ABRAHAO THOMAZ QUELUZ	UNESP	Consultor(a)
VANIA OLIVETTI STEFFEN ABDALLAH	UFU	Consultor(a)
WOLNEI CAUMO	UFRGS	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
ZULMA MARIA DE MEDEIROS	FIOCRUZ	Consultor(a)